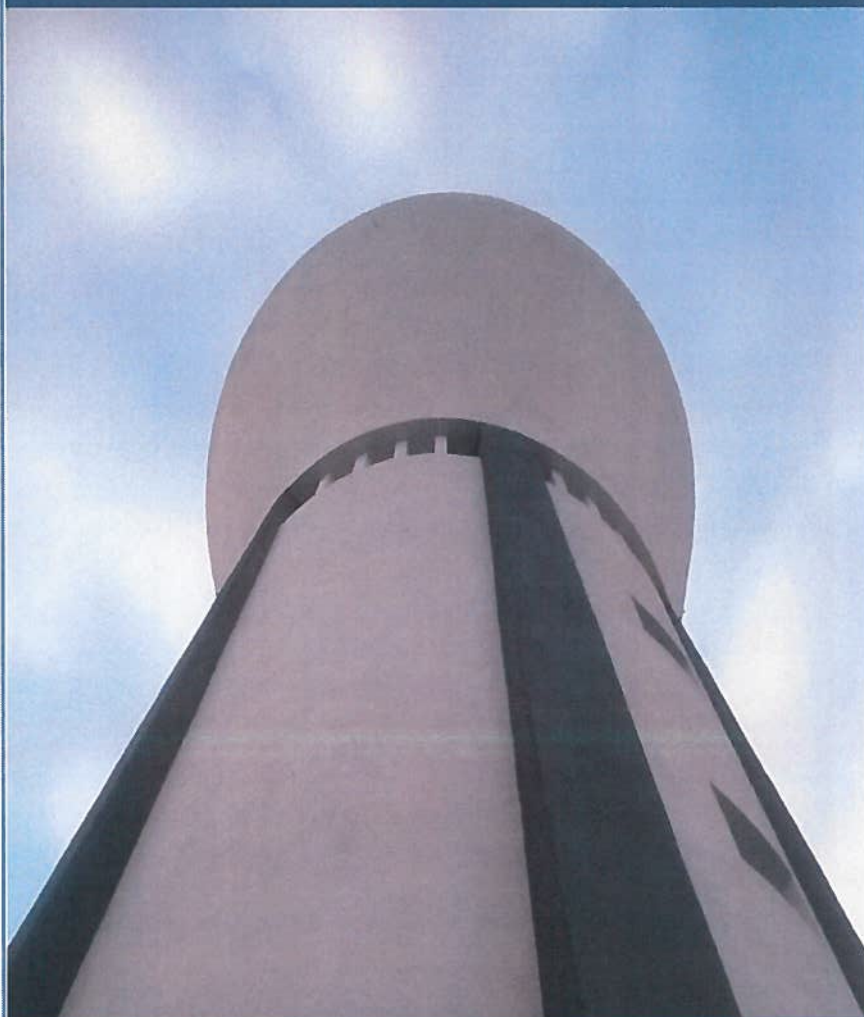


# Relatório de Gestão e Contas 2018



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. S. G. A.'*



# Índice

## 1. Síntese de Dados / Indicadores,

## 2. Mensagem do Presidente,

## 3. Apresentação da Empresa,

### 3.1 Breve Historial,

### 3.2 Estrutura Acionista,

### 3.3 Órgãos Sociais,

## 4. Missão e Posicionamento Estratégico,

### 4.1 Missão,

### 4.2 Visão,

### 4.3 Valores,

### 4.4 Objetivos Estratégicos,

## 5. Síntese da actividade de 2016,

### 5.1 Factos Relevantes,

### 5.2 Envoltente Exterior,

### 5.3 Estrutura Organizacional,

### 5.4 Desempenho da Empresa,

### 5.5 Análise Económica Financeira,

## 6. Perspetivas para o Futuro,

## 7. Considerações Finais,

## 8. Outras Informações,

## 9. Proposta de Aplicação de Resultados,

## 10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e Respetivo Anexo,

### 10.1 Balanço,

### 10.2 Demonstração dos Resultados,

### 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa,

### 10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais

### Próprios,

### 10.5 Anexo

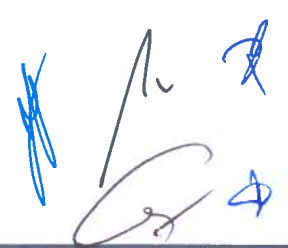
## 11. Relatório e parecer do Fiscal Único,

## 12. Certificação legal das contas,





## I. Síntese de dados e Indicadores



## I. Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros	2016	2017	2018
Capital Social (€)	1 500 000	1 500 000	1 500 000
Ativo Líquido Total (€)	23 450 861	23 123 018	21 668 994
Volume de Negócios (€)	7 548 694	7 952 076	7 749 174
Volume de Negócios / Cliente (€)	349	363	348
Resultado Antes de Impostos (€)	1 362 855	1 504 215	1 215 984
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 034 439	1 150 158	927 185
EBITDA (€)	2 345 233	2 451 562	2 126 055
Recursos Humanos	2016	2017	2018
Número de Colaboradores a 31/12	31	31	31
Colaboradores / 1000 clientes	1,43	1,42	1,39
Volume de Negócios / Colaborador	243 506	256 519	249 973
Comerciais	2016	2017	2018
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	21 659	21 903	22 237
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18 435	18 683	18 975
Volume total de Água Faturada (m <sup>3</sup> /ano)	2 258 765	2 416 525	2 326 710
Volume Total de Efluentes Faturados (m <sup>3</sup> /ano)	1 657 360	1 742 734	1 716 656
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,2	0,1	0,1
Porcentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	26,5%	23,4%	24,3%
Técnicos	2016	2017	2018
Volume Total de Água Adquirida (m <sup>3</sup> /ano)	3 007 612	3 082 833	2 992 383
Volume Total de Água Produzida (m <sup>3</sup> /ano)	113 161	102 999	112 240
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m <sup>3</sup> )	18 167	18 167	18 167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	12	13





A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes.



## 2. Mensagem do Presidente

25 de março de 2019

9

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 2. Mensagem do Presidente

O ano de 2018 foi marcado por um clima de otimismo generalizado, com um crescimento positivo da atividade económica, mas mais moderado do que no ano anterior. Esse otimismo é notório a nível local, através do maior dinamismo do mercado de trabalho, do comércio local e do próprio tecido empresarial sediado no município de Alenquer. Neste contexto favorável, verificou-se um crescimento ritmado do número de clientes, mas que ainda assim atingiu apenas, no final do ano, um valor ligeiramente superior ao registado em 2012. Apesar deste crescimento, o consumo médio mensal de água em todas as tipologias de clientes não acompanhou os padrões de consumo verificados no passado, denotando-se uma maior sensibilidade dos utilizadores domésticos para o uso racional da água e uma maior utilização por parte dos utilizadores não domésticos de origens próprias num cenário por vezes incompreensível de licenciamento dessas captações por parte das autoridades nacionais. Agravou este cenário de redução de consumo em 2018 a alteração do cenário de seca vivido em 2017, onde os consumos de rega alavancaram os resultados obtidos.

Ao nível operacional, mantivemos o foco na melhoria operacional dos sistemas, dando continuidade ao investimento na monitorização e controlo dos sistemas e à integração da informação em ferramentas operacionais de vanguarda que sustentam a evolução favorável das perdas no sistema de abastecimento de água, concretizando assim o compromisso da empresa na melhoria contínua do seu desempenho apesar do envelhecimento da infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer.

Apesar do desempenho favorável, continuamos num clima de incerteza quanto ao processo de reequilíbrio do Contrato de Concessão, sem a concretização efetiva dos compromissos de resolução do problema de incrustações calcárias existentes no sistema de abastecimento de água e, principalmente, sem possibilidade de inverter a baixa taxa de renovação de rede, fatores limitativos da evolução do desempenho da Concessão.

Na esperança que o ano de 2019 permita encerrar o reequilíbrio do Contrato de Concessão, processo fundamental para a sustentabilidade da Águas de Alenquer, é nossa convicção que o compromisso e o caminho seguido nos últimos anos de consolidação da capacidade técnica instalada irão permitir enfrentar com confiança os desafios futuros.

Altino Barbosa Conceição

Presidente do Conselho de Administração







### 3. Apresentação da Empresa



### 3. Apresentação da Empresa

#### 3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

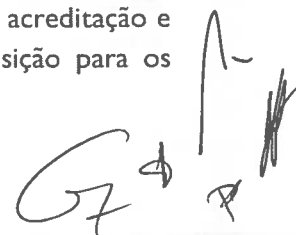
No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela terceira vez nos três referenciais em março de 2017, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 foi realizada a transição para os referenciais de 2015 das normas ISO 9001 e ISO 14001.



Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

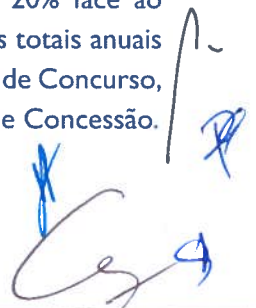
A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos princípios indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se no final de 2017, e pelo quinto ano consecutivo, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.





Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A., atual Water Value, Serviços Ambientais, S.A., regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

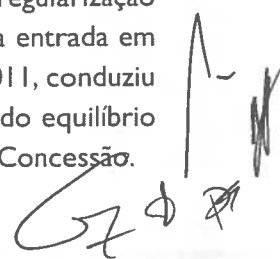
Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). O Acordo alcançado prevê ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária.

Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.



Apesar do envolvimento das Partes, e não tendo sido ainda estabilizado o processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, a Concessionária apresentou em fevereiro de 2018 ao Município de Alenquer uma atualização do pedido de reequilíbrio, considerando os últimos dados disponíveis. Continuamos a aguardar a estabilização do processo e a consequente aprovação da revisão do Contrato de Concessão.

### 3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023

Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Pragosa Ambiente, S.A.	20,0000%
Water Value - Serviços Ambientais, S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%



### 3.3 Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.ª Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.ª Susana Daniela Simões da Silva Braga

#### Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Vogais: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. Marco Bruno Santos

Dr. António José Martins Sousa Lucas

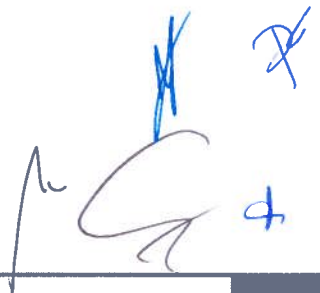
#### Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (Suplente)





## 4. Missão e Posicionamento Estratégico



## 4. Missão e Posicionamento Estratégico

### 4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### 4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.  
Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### 4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

### 4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

### Qualidade:

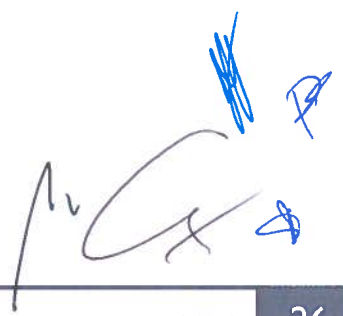
- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.







## 5. Síntese da Atividade 2018



## 5. Síntese da atividade de 2018

### 5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2018 com implicação no negócio e na situação global da empresa, para além da não estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão:

- Crescimento do número de clientes face aos anos anteriores, mantendo uma tendência de crescimento alinhada com a maior atividade da economia local;
- Redução global do consumo face ao ano de 2017 justificada pelas características do ano hidrológico, com particular relevo na redução dos consumos de rega;
- Redução de consumo dos utilizadores não domésticos, por via da maior utilização de origens próprias;
- Manutenção em níveis históricos do volume de água perdido num contexto adverso de sustentabilidade infraestrutural dos sistemas municipais em exploração pela Água de Alenquer;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e agravamento do número de avarias na rede;
- Manutenção da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001;
- Prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia que integra eficiência hídrica e energética e do Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- No âmbito do Plano de Redução de Perdas, reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no sistema WaterWise;
- Amortização total da dívida de médio e longo prazo no âmbito do Contrato de Financiamento;
- Adjudicação pela EPAL / Águas do Vale do Tejo e início da empreitada de alteração da origem de água ao Reservatório de Vila Alta;
- Continuidade do sistema de telemetria em grandes clientes e principais áreas de rega.

## 5.2 Envolvente Exterior

### 5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

#### Geral

Depois de uma aceleração da atividade mundial em 2017, no ano de 2018 o ritmo de crescimento manteve-se mais moderado, mas mais diferenciada entre países. No grupo das economias avançadas o crescimento homólogo do PIB real diminuiu, mas manteve uma taxa de crescimento elevada nas economias de mercado emergentes.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com aumento de 0.006p.p e a seis meses com redução de 0.007p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2016	2017	2018
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,37%
Euribor 3M	-0,32%	-0,33%	-0,32%
Euribor 6M	-0,22%	-0,26%	-0,27%
Euribor 12M	-0,08%	-0,15%	-0,18%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Com tendência ascendente nos primeiros nove meses do ano e uma queda acentuada superior a 24% face ao ano anterior no último trimestre do ano.

O preço do petróleo em média em 2018 situou-se em 60.2Euros/Barril.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.

#### Portugal

Em 2018, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2018, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 1%, o que representa uma redução de 0.4p.p face aos valores de 2017.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 1.2%, (redução de 0.4p.p. face ao ano de 2017).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2016	2017	2018
PIB	1,5%	2,8%	2,1%
IPC	0,6%	1,4%	1,0%
IHPC	0,6%	1,6%	1,2%
Desemprego	11,1%	8,9%	7,0%
Consumo Privado	2,1%	2,3%	2,3%
Consumo Público	0,6%	0,2%	0,7%
Exportações	4,1%	7,8%	3,6%
Importações	4,1%	8,1%	4,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE (dez. 2018)

A taxa média de desemprego em 2018 ascendeu a 7%, menos 1.9p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2016	2017	2018
<b>Média Tensão</b>	165	167	167
<b>Baixa Tensão Especial</b>	180	182	181
<b>Baixa Tensão Normal</b>	150	152	151

Fonte: ERSE

Em 2018, verificou-se uma desaceleração de 0.7p.p. do crescimento do PIB real (2.1%) relativamente ao valor registado em 2017 (2.8%). A procura interna mantém-se como a principal força de crescimento económico embora o seu contributo tenha reduzido face a 2017.

Esta evolução assenta sobretudo no abrandamento do Investimento, atenuado ligeiramente por uma aceleração do crescimento real do consumo público (de 0.2% em 2017 para 0.7% em 2018) e pela estabilização do crescimento do consumo privado em 2.3% em parte pelo aumento do rendimento disponível das famílias resultante do crescimento do emprego e dos salários.

### 5.2.2 Enquadramento do Setor 2018

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

#### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 435 entidades gestoras, das quais 270 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 61 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 278 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2018), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	1	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Na vertente da "baixa", existem em Portugal, 319 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes e 183 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou Intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,6 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou Intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	61	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	7
Serviços Municipais	183	190	228
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>257</b>	<b>255</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2018), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 99% das entidades)	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediantemente urbana	95%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2018

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	82%
Área predominantemente rural	70%

Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2018, a média continental foi de 30,22%.

## 5.2.3 Enquadramento Comercial

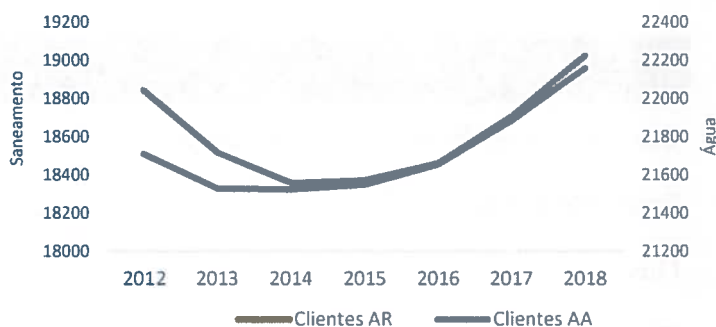
### Clientes de água e saneamento

Em 2018 acentuou-se a recuperação do número de clientes face à redução verificada desde 2011.

A redução do número de clientes teve a sua maior expressão em 2012, tendo a Concessão nesta data um número de clientes superior aos existentes no final de 2012 (22.043 vs. 22.237 utilizadores).

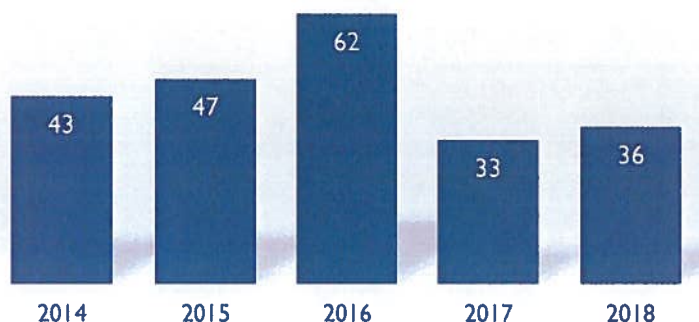
Para essa redução do número de cliente terá contribuído a evolução tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada fatura da água, com destaque para o peso relativo dos resíduos urbanos, a situação socioeconómica do país e do Município, com o conseqüente aumento do desemprego e a redução do poder de compra das famílias, o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente. 2018 confirmou a retoma do mercado imobiliário com um acentuado aumento do número de cliente. As variações verificadas não alteraram a distribuição relativa do número de clientes por freguesia: aproximadamente 57% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar que apesar da diminuição de clientes o peso relativo dos clientes de saneamento mantém-se estável (85%).



No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações (1 dia útil de resposta). Relativamente a 2017 registaram-se mais 3 reclamações, atingindo-se valores mínimos históricos. Refira-se ainda que das 36 reclamações rececionadas nos serviços da Águas de Alenquer, cerca de 64% foram consideradas indeferidas.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2016-2018, com uma tendência de subida do consumo médio mensal fortemente impulsionada pelos consumos de rega e industriais. Apesar das características extraordinárias do ano hidrológico não se verificou uma subida significativa dos consumos domésticos.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2016	2017	2018
Consumo Médio Mensal - (m <sup>3</sup> /cliente/mês)	8,69	9,19	8,72
Fatura Média Mensal - (€)	28,56	29,62	28,48
Novos Contratos - (un.)	229	432	623
Baixas de Contratos - (un.)	141	188	289
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	81	109	83

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua, e a Loja Cliente. As campanhas de promoção de adesão à fatura eletrónica tornaram expressiva esta forma de expedição da faturação emitida.

## 5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

### Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2018, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de  $3,10 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, inferior ao volume entrado em 2017 ( $81 \times 10^3$  m<sup>3</sup>). Do volume entrado no sistema  $2,99 \times 10^6$  m<sup>3</sup> foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes  $117 \times 10^3$  m<sup>3</sup> produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

O volume de água faturado em 2018 foi de aproximadamente  $2,29 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, o que representou uma quebra dos consumos no município de Alenquer de aproximadamente 3,7% face a 2017, ano com características de um ano hidrológico extremamente seco. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 67,9% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 14%, o comércio 31% e a indústria 43%. O remanescente é



repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 1,7% dos consumos verificados.

O investimento alocado ao sistema de abastecimento de água para a monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema e a manutenção das práticas de pesquisa ativa de fugas e redução de perdas de água, continuou a garantir em 2018 a manutenção do volume de água perdido em níveis históricos ( $755 \times 10^3 \text{ m}^3$ ) pese embora o pior desempenho do rendimento global do sistema motivado maioritariamente pelo menor volume de água faturado e um ligeiro incremento do volume de água perdido ( $9,2 \times 10^3 \text{ m}^3$ ). Continua a não se verificar a renovação da rede municipal de abastecimento de água, sendo a infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer uma infraestrutura envelhecida de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), que carece de investimentos significativos de reabilitação não previstos. Às características físicas do sistema acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2018 foram particularmente graves na Freguesia de Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013.

No ano de 2018 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 1.958 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado duas violações aos valores paramétricos. A Águas de Alenquer recebeu em 2018 o Selo de Qualidade Água para Consumo Humano atribuído pela ERSAR.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de  $18 \times 10^3 \text{ m}^3$  e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

### **Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes**

Durante o ano de 2017 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de  $1,72 \times 10^6 \text{ m}^3$ , sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de  $2,42 \times 10^6 \text{ m}^3$ . A diferença nos caudais faturados e registados é devida às aflúncias indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados nos períodos de precipitação prolongada. O pior desempenho do sistema face a 2017 foi apenas influenciado pelas características do ano hidrológico que se traduziram num ano mais chuvoso.

Para minimizar as aflúncias indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 13 estações elevatórias de águas residuais. A exploração da EEAR da Trombeta a pedido do Município de Alenquer iniciou-se em novembro de 2017.

## Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 391 intervenções de reparação de condutas, 282 reparações de ramais domiciliários e 209 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, registando-se a tendência de agravamento do número de avarias face ao ano de 2017 (crescimento de aproximadamente 11% do número de avarias). No ano 2018 foram ainda renovados integralmente 69 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas. Todos os trabalhos foram realizados maioritariamente com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores, fortemente ampliada pelos problemas de calcário, garante uma idade média do parque de contadores de 4,4 anos, maximizada pela forte campanha de substituição de contadores iniciada em 2015.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 325 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2018, 74 desobstruções na rede de coletores e 20 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 117 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 600 m<sup>3</sup> de águas residuais nessa operação.

## Outras Atividades

Ao longo do ano de 2018 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 83 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando uma retoma da atividade de construção no Município. Foram efetuados 56 orçamentos para ramais de água e 6 orçamentos para ramais de saneamento, com uma taxa de execução de 71% na água e de 100% no saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2018 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas duas novas zonas de controlo de pressão, sete novas zonas de controlo caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais dezanove pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram incrementadas as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) WaterWise: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas.

Quanto a matérias ambientais, é de referir treze descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 17,2 kg de CO<sub>2</sub>, compensando em cerca de 93% as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém). De referir que anualmente a AdA procura compensar a totalidade da energia consumida nas suas instalações com as 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos: Iniciativa PGPE (Plano de Gestão de Perdas e Energia) promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha) e o Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), com a orientação da Aquapor.

### 5.2.5 Regulação

Em março de 2018 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2017, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2018, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82ª e 83ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2018 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2018.

O tarifário praticado foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 7 de março de 2016, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-001448/2016 de 26 de fevereiro de 2016, e é apresentado nos quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

# Tarifário

## TARIFAS (base 30 dias)

Descrição	2018
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2018
<b>Domésticos</b>	<b>5,8542</b>
<b>Não Domésticos</b>	
Até 20 mm	5,9798
20 mm a 30 mm	7,0671
30 mm a 50 mm	27,1810
50 mm a 100 mm	54,3620
mais de 100 mm	97,8515
<b>Tarifa Social e Familiar</b>	<b>0,0000</b>

## Tarifas de Venda de Água: (€/m3)

Domésticos	2018
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,6308
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	1,2473
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695
<b>Tarifa Familiar</b>	<b>2018</b>

Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m<sup>3</sup> por cada descendente além do 2.º filho

Tarifa Social	2018
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,0000
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	0,6308
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695
<b>Não Domésticos</b>	<b>2018</b>
Escalão Único	2,0206
<b>Autarquia e Juntas de Freguesia</b>	<b>2018</b>
Escalão Único	1,2473

Tarifa Fixa de Saneamento: (€) 100% Tarifa Fixa de Abastecimento

Tarifa Variável de Saneamento: (€/m3) 90% Tarifa de venda de Água

\* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

\*\* Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

## Tarifas por Outros Serviços

Abastecimento de Água: (€)	2018
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	100,3739
Ligação à rede de distribuição de água	58,8758
Tarifa de aferição de contador se solicitada	100,3739
Restabelecimento de ligação de água	53,5356
Verificação extraordinária de contadores	26,7679

## Saneamento: (€)

2018	
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,5519
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,1729
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	87,9621
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m3)	95,9696

## Gerais: (€)

2018	
Pedido de informação sobre o sistema público	16,3086
Pedido de Orçamento	27,1810
Taxa de deslocação	26,4308
Análise de projectos	166,0912
Outros serviços não especificados*	20%

## Ramais Domiciliários\*\*

## Abastecimento de Água: (€)

Valor Fixo (€):	2018
até 1"	435,5914
1 1/4"	446,3118
1 1/2"	621,8792
2"	694,3655
maior que 2"	861,8003

## Valor Variável (€/metro)

2018	
até 1"	68,0829
1 1/4"	68,7462
1 1/2"	68,7462
2"	69,6921
maior que 2"	69,6921

## Saneamento: (€)

Valor Fixo (€):	2018
até 140mm	911,3894
maior que 140mm	965,0012

## Valor Variável (€/metro)

2018	
até 140mm	92,4806
maior que 140mm	99,1780



Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2019, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2018 foi cumprido na íntegra, sem qualquer violação de valores paramétricos (incumprimentos) num total de 1.958 determinações.

Em 2018 a Águas de Alenquer foi auditada pela Entidade Reguladora - ERSAR - no âmbito do sistema de avaliação de desempenho promovido por esta entidade.

## 5.3 Estrutura Organizacional

### 5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



### 5.3.2 Formação

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 23 horas de formação por colaborador

Formação 2018	N.º de Horas
A nova Norma ISO 45001:2018	2
Ação de Sensibilização da Segurança	34
AQUAMAN	5
AQUASIS - Alterações Climáticas	35
Ergonomia nos postos de trabalho informatizados	33
FLOWISE - Programa de Monitorização de Caudais	3
Formação Contínua de Motoristas de Veículos Pesados e Mercadorias	35
Formação Qualidade, Ambiente e Segurança	33
Gestão de Ativos e as Normas ISO 55000	7
Green Business Week - Smart Cities	12
Hach HQ40d - Operação e Manutenção	3
ISO 45000 - Sistema de Gestão SST	7
MC - Fórum	12
Noções básicas de Ergonomia dos locais de Trabalho, Posturas Corretas na Condução de viaturas e movimentação manual de cargas para os Operadores	39
Nova Legislação RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados ( <b>Regulamento (UE) 2016/679</b> )	16
Passaporte de Segurança	96
PENSA - Programa para a SustENtabilidade dos Serviços de águas e gestão eficiente de Ativos	67
Prevenção e Controlo da Legionella nos Sistemas de Água	12
Procedimento de utilização do amostrador automático	7
Regime Legal da Qualidade da Água para Consumo Humano-Alterações introduzidas pelo DL 152/2017 de 7 de dezembro	13
Regulamento Geral de Proteção de dados ( <b>Regulamento (UE) 2016/679</b> )	14
Reparação de Estruturas de Águas Residuais	14
Resultados 2017 / Objetivos 2018	14
SIIA - Sistemas de Informação de Infraestruturas Aptas	4
Técnico Superior SST	150
Tektónica	4
Telegestão e Telecontrolo	7
Variadores de Velocidade	7

684

### 5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 31 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 8 anos. A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 74% e mulheres 26%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2016	2017	2018
20 - 24	0	0	0
25 -29	4	3	2
30 - 34	9	7	7
35 - 39	5	8	9
40 - 44	5	4	3
45 - 49	4	5	5
50 - 54	3	3	4
mais de 55	1	1	1
	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 68% dos colaboradores da empresa possui o 12.º ano de escolaridade ou superior.

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2016	2017	2018
Ensino Superior	6	5	5
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	14	15	15
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	8	8	8
	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>

Descrição	2018		2017		2016	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
<b>Pessoal ao serviço da empresa</b>	<b>31</b>	<b>52 176</b>	<b>31</b>	<b>52 176</b>	<b>31</b>	<b>49 904</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	30	52 176	30	52 176	30	49 904
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>0</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	30	0	30	0	30	0
<b>Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
<b>Pessoal ao serviço da empresa por sexo</b>	<b>30</b>	<b>52 176</b>	<b>30</b>	<b>52 176</b>	<b>30</b>	<b>49 904</b>
Homens	22	37 581	22	37 581	22	38 744
Mulheres	8	14 595	8	14 595	8	11 160
<b>Pessoal ao serviço da empresa das quais</b>	<b>1</b>	<b>1 680</b>	<b>1</b>	<b>1 680</b>	<b>1</b>	<b>1 632</b>
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	1	1 680	1	1 680	1	1 632
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2018 registaram-se três acidentes de trabalho.

### 5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

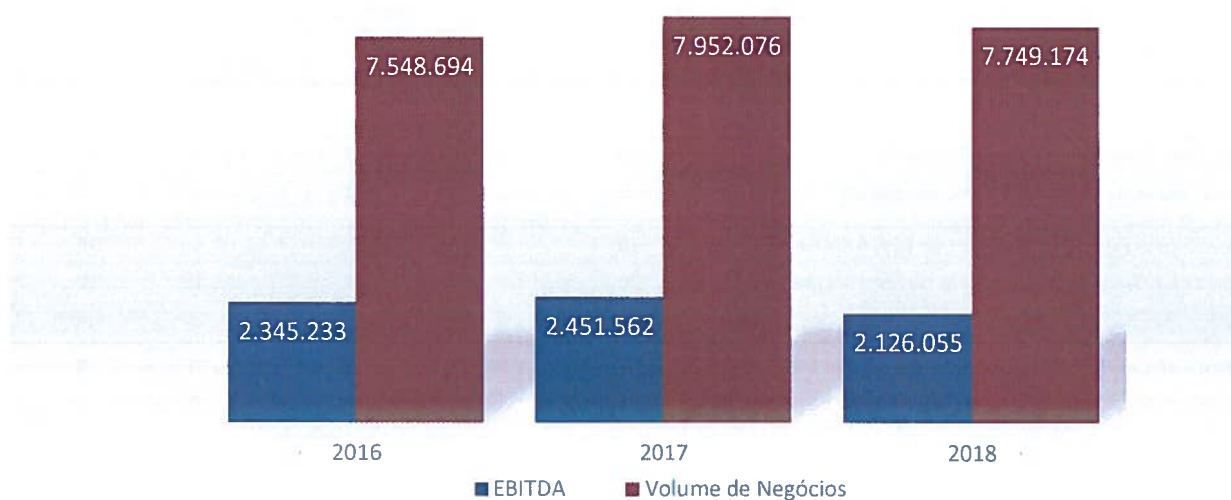
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

### 5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2018 verificou-se uma diminuição do EBITDA de 325.507 € (13,0%) para o qual contribuiu fortemente a diminuição do volume de água faturado, o Volume de Negócios registou uma diminuição de 202.902 Euros (2,6%), resultante do menor volume de água faturado.

#### Variação EBITDA / Volume de Negócios





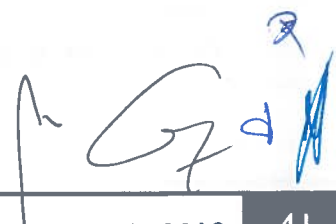
	2016	2017	2018	Var. 17/18
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	23 450 861	23 123 018	21 668 994	-6,3%
Capitais Próprios	6 746 597	7 895 997	8 822 425	11,7%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	-
Passivo Remunerado	2 707 135	1 477 371	251 321	-83,0%
<hr/>				
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,29</i>	<i>0,16</i>	<i>0,03</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>0,40</i>	<i>0,19</i>	<i>0,03</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>28,77%</i>	<i>34,15%</i>	<i>40,71%</i>	<i>-</i>
<hr/>				
Rendimentos Operacionais	8 113 559	8 497 220	8 137 724	-4,2%
EBITDA	2 345 233	2 451 562	2 126 055	-13,3%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>28,91%</i>	<i>28,85%</i>	<i>26,13%</i>	<i>-9,4%</i>
EBIT	1 558 525	1 611 541	1 290 330	-19,9%
<i>Margem EBIT</i>	<i>19,21%</i>	<i>18,97%</i>	<i>15,86%</i>	<i>-16,4%</i>
Resultado Financeiro	-195 670	-107 326	-74 346	-30,7%
Resultado Líquido	1 034 439	1 150 158	927 185	-19,39%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Capitais Próprios/ Ativo Líquido  
Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais



## 5.5 Análise Económico Financeira

### 5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

#### Gastos Operacionais

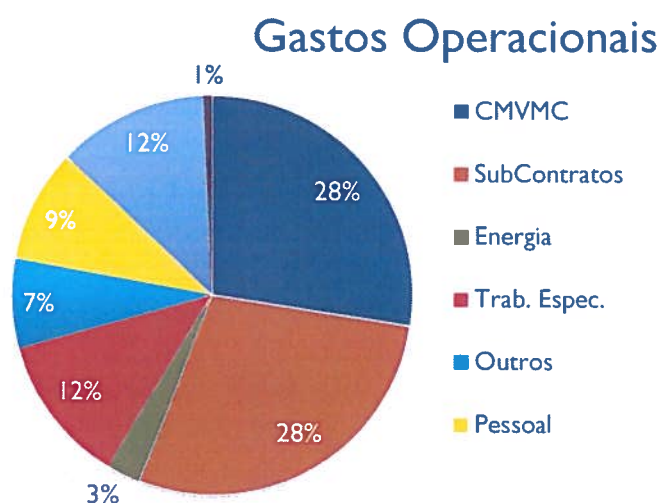
Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 5.960.923 Euros, representando um decréscimo de 0,5% face ao período homólogo.

No global, verificou-se uma diminuição de Gastos Operacionais no valor de 44.555 Euros, um decréscimo de 0,6% face ao ano anterior.

Este decréscimo é justificado principalmente pela diminuição do valor das rubricas CMVMC e do valor de Subcontratos.

Gastos Operacionais	2016 euros	2017 euros	2018 euros	Peso %	Var. 17/18 %
CMVMC	1 918 548	1 940 381	1 880 819	27,5%	-3,1%
Subcontratos	1 665 307	2 022 645	1 949 273	28,5%	-3,6%
Energia	173 409	195 411	184 839	2,7%	-5,6%
Trabalhos Especializados	776 718	748 978	825 258	12,1%	10,2%
Outros	471 045	503 349	492 947	7,2%	-2,1%
Pessoal	566 728	582 754	634 508	9,3%	8,9%
<b>Subtotal</b>	<b>5 571 756</b>	<b>5 993 517</b>	<b>5 960 923</b>	<b>87,1%</b>	<b>-0,5%</b>
Gastos de depreciação e de amortização	786 708	840 022	835 725	12,2%	-0,5%
Perdas por imparidade	195 571	52 141	44 476	0,7%	-14,7%
<b>Total</b>	<b>6 554 034</b>	<b>6 885 679</b>	<b>6 847 394</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,6%</b>

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do e Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, representa 51,3% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



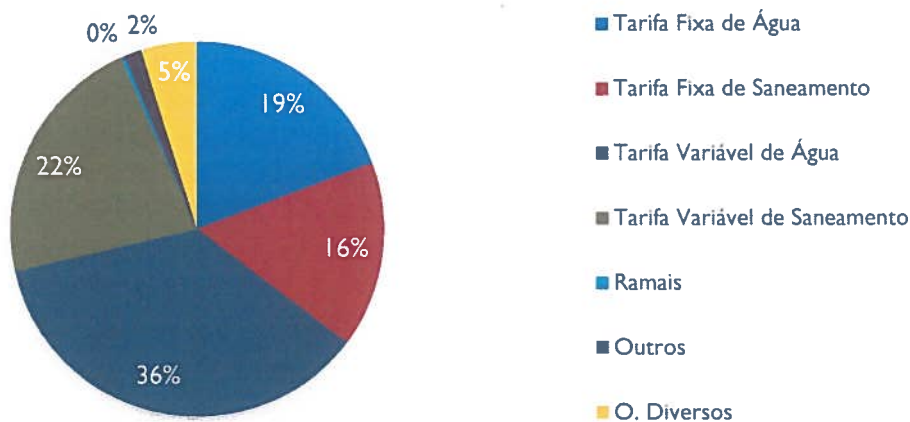
## Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2018, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 8.137.724 Euros, representando um decréscimo de 359.496 Euros (4,2%) em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2018 verificou-se uma diminuição do Volume de Negócios de 202.902 Euros (2,6%), resultante da diminuição das captações verificada no decorrer do ano, influenciadas pelas características do ano hidrológico.

Rendimentos Operacionais	2016 Euros	2017 Euros	2018 Euros	Peso %	Var. 17/18 %
Tarifa Fixa	2 853 739	2 865 428	2 879 008	35,4%	0,5%
Tarifa Fixa de Água	1 547 398	1 552 761	1 567 677	19,3%	1,0%
Tarifa Fixa de Saneamento	1 306 341	1 312 668	1 311 330	16,1%	-0,1%
Tarifa Volumétrica	4 570 021	4 919 275	4 719 881	58,0%	-4,1%
Tarifa Variável de Água	2 830 416	3 084 996	2 930 538	36,0%	-5,0%
Tarifa Variável de Saneamento	1 739 606	1 834 279	1 789 344	22,0%	-2,4%
Outros serviços	124 933	167 372	150 285	1,8%	-10,2%
Ramais	13 004	25 531	21 923	0,3%	-14,1%
Outros	111 929	141 842	128 362	1,6%	-9,5%
O. Diversos	564 866	545 144	388 550	4,8%	-28,7%
<b>Total</b>	<b>8 113 559</b>	<b>8 497 220</b>	<b>8 137 724</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4,2%</b>

## Rendimentos Operacionais



## 5.5.2 Análise do Balanço

	2016	2017	2018	Var. 17/18
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>	<b>16 836 130</b>	<b>16 240 761</b>	<b>15 566 175</b>	-4%
<b>Ativo corrente</b>	<b>6 614 731</b>	<b>6 882 257</b>	<b>6 102 819</b>	-11%
Inventários	84 612	106 353	109 406	3%
Divida de Terceiros	4 053 085	4 116 511	3 984 919	-3%
Diferimentos	18 705	15 515	3 370	-78%
Caixa e depósitos bancários	2 458 329	2 643 878	2 005 125	-24%
<b>Total</b>	<b>23 450 861</b>	<b>23 123 018</b>	<b>21 668 994</b>	<b>-6%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>6 746 597</b>	<b>7 895 997</b>	<b>8 822 425</b>	12%
<b>Passivo</b>	<b>16 704 265</b>	<b>15 227 020</b>	<b>12 846 569</b>	-16%
Passivo não corrente	4 589 272	3 197 681	3 286 131	-3%
Passivo corrente	12 114 993	12 029 339	9 560 439	-21%
<b>Total</b>	<b>23 450 861</b>	<b>23 123 018</b>	<b>21 668 994</b>	<b>-6%</b>

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2018 os 21.668.994 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 16% atingindo os 12.846.569 Euros, o Passivo Não Corrente registou uma diminuição de 3% e o Passivo Corrente registou uma diminuição de 21% efeito do término do financiamento bancário com a amortização de capital no valor de 1.230.000 Euros em 2018. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 12% atingindo 8.822.425 Euros efeito do resultado líquido do exercício, que em 2018 ascendeu a 927.185 Euros.

### 5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2016	2017	2018	Var. 17/18
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	264 224	317 564	344 057	8%
Ativos Intangíveis	16 527 425	15 884 287	15 156 861	-5%
Ativos por impostos diferidos	44 871	38 910	64 619	66%
	2016	2017	2018	Var. 17/18
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Prestações Acessórias	3 948 558	3 948 558	3 948 558	0%
Suprimentos	175 000	175 000	175 000	0%
Financiamento Bancário CP	1 230 000	1 230 000	0	-100%
Financiamento Bancário MLP	1 230 000	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>8 083 558</b>	<b>6 853 558</b>	<b>5 623 558</b>	<b>-18%</b>
Caixa e depósitos bancários	2 458 329	2 643 878	2 005 125	-24%
Dívida Líquida	5 625 229	4 209 680	3 618 433	-14%

Financeiro	2016	2017	2018	Var. 17/18
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Ativo Líquido	23 450 861	23 123 018	21 668 994	-6%
Ativos por impostos diferidos	44 871	38 910	64 619	66%
Volume de Negócios (€)	7 548 694	7 952 076	7 749 174	-3%
Volume de Negócios / Cliente (€)	349	363	348	-4%
Resultado Antes de Impostos (€)	1 362 855	1 504 215	1 215 984	-19%
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 034 439	1 150 158	927 185	-19%
EBITDA (€)	2 345 233	2 451 562	2 126 055	-13%

Rácios		2016	2017	2018
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,153	0,146	0,105
	Rentabilidade das Vendas	0,137	0,145	0,120
	Rentabilidade do Ativo	0,066	0,070	0,060
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,286	0,158	0,028
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,288	0,341	0,407
	Solvabilidade	0,404	0,519	0,687
	Estrutura de Capitais	2,476	1,928	1,456
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,546	0,572	0,638
	Liquidez reduzida	0,537	0,562	0,627
	Liquidez imediata	0,203	0,220	0,210

#### 5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2018 a Águas de Alenquer investiu 226.734 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de nove novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 4 EEAA e 11 ZMC com integração no software WaterWise;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede e a melhoria do seccionamento de rede;
- Conservação e pintura exterior de 5 instalações (reservatórios e EEAA) e reparação estrutural das células do Reservatório de Casais da Marmeleira;

- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, com destaque para a remodelação de equipamento nas EEAA de Casais Galegos, Vila Chã, Vale Benfeito e Pancas;
- Melhoria das condições de abastecimento de água à povoação de Casais da Pedreira;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 3.098 contadores;
- Instalação de telecontagem nos grandes consumidores e principais áreas de rega;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a substituição de rede;
- Aquisição de equipamento operacional (água e águas residuais).







## 6. Perspetivas para o Futuro

*[Handwritten signature]*

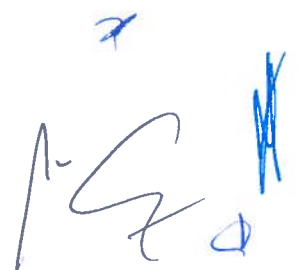
## 6. Perspetivas para o Futuro

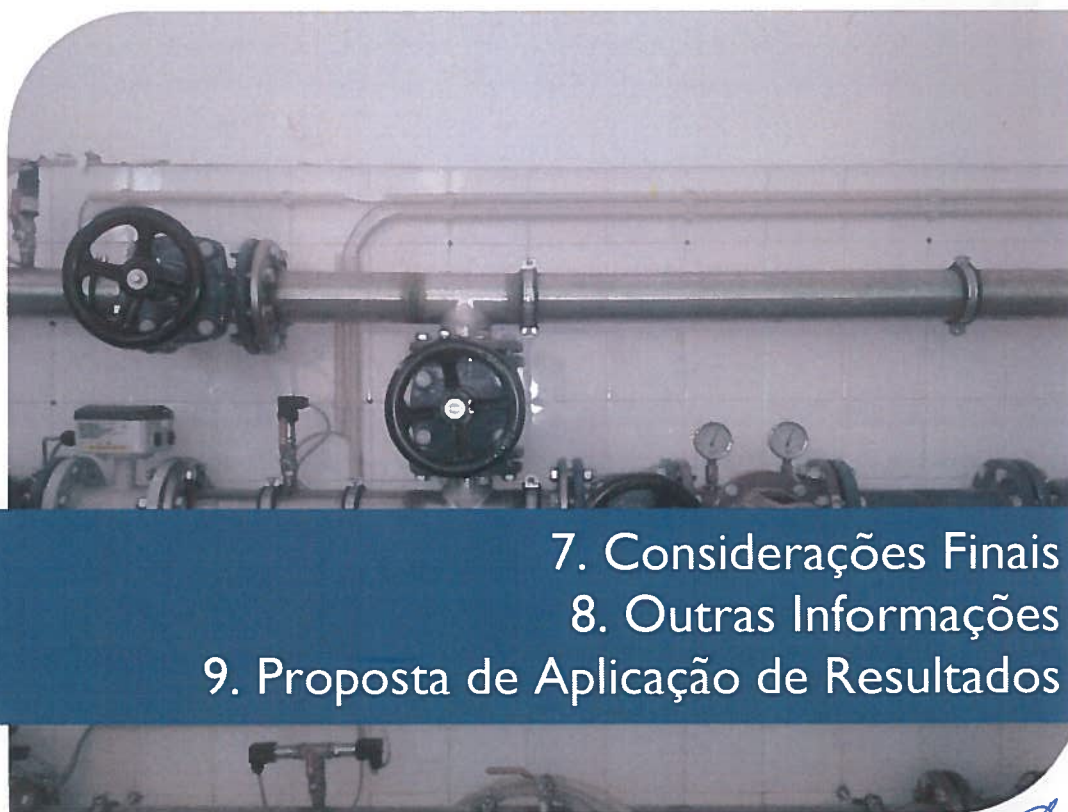
A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução tarifárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura económico-financeira e procura de origens alternativas pelos grandes clientes;
- Finalização do processo associado às incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e alteração da origem de água;
- Efeito das afluências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Degradação da situação económico-financeira da Concessão em resultado do atraso na conclusão do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes. The signature is located in the bottom right corner of the page, above the footer.



7. Considerações Finais  
8. Outras Informações  
9. Proposta de Aplicação de Resultados



## 7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:


- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

## 8. Outras Informações

- Não existem factos relevantes após o fecho do exercício de 2018;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2018;
- A sociedade não tem sucursais.

## 9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2018, positivo no valor de 927.185 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 46.359 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.









## 10. Contas do Exercício de 2018 e respetivo Anexo

*[Handwritten signature]*

## 10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2018 e Respetivo Anexo

### 10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2018

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2018	31.12.2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	344 057	317 564
Ativos intangíveis	7	15 156 861	15 883 946
Outros Investimentos Financeiros		638	340
Ativos por impostos diferidos	14	64 619	38 910
<b>Total de Ativos não Correntes</b>		<b>15 566 175</b>	<b>16 240 761</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	9	109 406	106 353
Clientes	15	2 488 168	2 656 060
Estado e outros entes públicos	17	88 521	54 771
Outros créditos a receber	15	1 408 230	1 405 680
Diferimentos	17	3 370	15 515
Caixa e depósitos bancários	4	2 005 125	2 643 878
<b>Total de Ativos Correntes</b>		<b>6 102 819</b>	<b>6 882 257</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>21 668 994</b>	<b>23 123 018</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	3	1 500 000	1 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3 948 558	3 948 558
Reservas legais	3	182 774	125 266
Resultados transitados	3	2 252 700	1 160 050
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	11 208	11 965
Resultado líquido do período		927 185	1 150 158
<b>Capital próprio atribuível ao grupo</b>		<b>8 822 425</b>	<b>7 895 997</b>
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>8 822 425</b>	<b>7 895 997</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	12	2 813 283	2 713 199
Financiamento Obtidos	15	251 321	245 456
Outras dívidas a pagar	15	221 526	239 026
<b>Total do Passivo não Corrente</b>		<b>3 286 131</b>	<b>3 197 681</b>
<b>Corrente</b>			
Financiamento Obtidos	15	0	1 231 915
Fornecedores	15	8 772 022	9 500 708
Estado e outros entes públicos	17	15 136	266 684
Outras dívidas a pagar	15	773 280	1 030 032
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>9 560 439</b>	<b>12 029 339</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>12 846 569</b>	<b>15 227 020</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>21 668 994</b>	<b>23 123 018</b>



SERGIO M. S. MALINO  
T. O. C. 25363

Manoel Santos

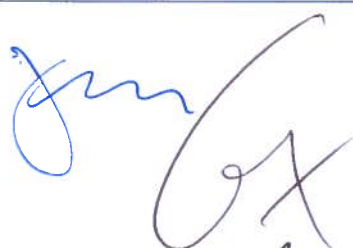
25 de março de 2019

## 10.2 Demonstração dos Resultados

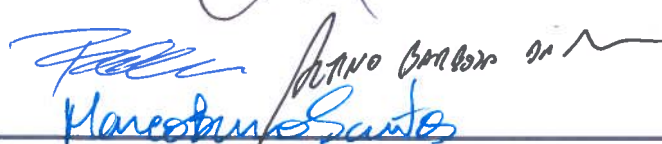
Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA  
 Demonstração dos Resultados por Naturezas  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	11	7 749 174	7 952 076
Trabalhos para a própria entidade	10	81 461	189 168
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1 880 819	-1 940 381
Fornecimentos e serviços externos	17	-3 437 680	-3 461 184
Gastos com o pessoal	17	-634 508	-582 754
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-30 956	-52 141
Provisões (aumentos/reversões)	12	101 840	146 442
Outros rendimentos	17	191 729	209 534
Outros gastos	17	-14 186	-9 198
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 126 055</b>	<b>2 451 562</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17	-835 725	-840 022
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 290 330</b>	<b>1 611 541</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17/11	12 160	12 872
Juros e gastos similares suportados	17	-86 505	-120 197
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 215 984</b>	<b>1 504 215</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	-288 799	-354 057
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>927 185</b>	<b>1 150 158</b>
<b>Resultado por Acção Básico</b>		<b>3,09</b>	<b>3,83</b>



  
 SÉRGIO M. S. MALHO  
 T. O. C. 25366  
 Contrib. N.º 104 101 052

  
 Manoel Carlos da M  
 Manoel Carlos da M

### 10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: Ada Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2018	31.12.2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		9 961 175	9 933 200
Pagamentos a fornecedores		-6 485 053	-6 304 452
Pagamentos ao pessoal		-335 239	-316 929
Caixa gerada pelas operações		3 140 883	3 311 820
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-557 228	-242 873
Outros recebimentos/pagamentos		-1 944 768	-1 525 068
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>638 886</b>	<b>1 543 879</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-37 352	-99 501
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-37 352</b>	<b>-99 501</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-1 230 000	-1 230 000
Juros e gastos similares		-10 288	-28 830
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-1 240 288</b>	<b>-1 258 830</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-638 754</b>	<b>185 549</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 643 878</b>	<b>2 458 329</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>2 005 125</b>	<b>2 643 878</b>

*[Handwritten signatures]*  
**Marcos Santos**

*[Handwritten signature]*  
**SÉRGIO M. S. MAIHO**  
 T. O. C. 25368  
 Contrib. N.º 194 191 052

## 10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2018

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	1 500 000	3 960 523	125 265		0	1 160 050	1 150 158	7 895 997
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>								
Constituição da Reserva legal							0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados			57 508			1 092 651	-1 150 158	0
			57 508		0	1 092 651	-1 150 158	0
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-757						-757
		-757						-757
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							927 185	927 185
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							927 185	927 185
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	1 500 000	3 959 766	182 773	0	0	2 252 701	927 185	8 822 425

*[Handwritten signature]*  
 Miro Barbosa da M  
 M. S. Santos

*[Handwritten signature]*  
 SÉRGIO M. S. MALINO  
 T. O. C. 25365

Entidade: AdA - Águas de ALENQUER, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2017

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	1 500 000	3 961 281	73 544		0	177 333	1 034 439	6 746 597
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>								
Constituição da Reserva legal			51 722				-1 034 439	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						982 717		0
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-758						-758
		-758						-758
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							1 150 158	1 150 158
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							1 150 158	1 150 158
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	1 500 000	3 960 523	125 265	0	0	1 160 050	1 150 158	7 895 997

*Alino Barbosa*  
*Marcos Santos*

SÉRGIO M. S. MALINO  
 T. O. C. 25360  
 Contrib. N.º 104 101 050

*[Handwritten signature]*



## Período findo em 31 de dezembro de 2018

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2018.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

### Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

## I. Identificação da entidade

### I.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Aduor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

## **1.2 Sede da empresa**

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

## **1.3 Natureza da atividade**

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

## **1.4 Designação da empresa-mãe**

A 31 de dezembro de 2018, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Pragosa Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Water Value - Serviços Ambientais, S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).



## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

**2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

**2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

### 2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

## 3. Principais políticas contabilísticas

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de Julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

**a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2018_2017
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

**b) Ativos Intangíveis**

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Água	4,64%	4,53%	4,02%
Saneamento	4,82%	4,61%	4,17%

### c) **Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

#### c.1) **Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

#### c.2) **Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018.

**d) Inventários**

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas de Lisboa e Vale do Tejo e à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

**e) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

**f) Estado e Outros Entes Públicos**

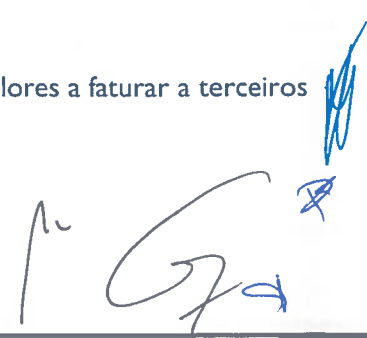
Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

**g) Outros Créditos a Receber**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.



## h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

## i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

## j) Rubricas dos Capitais Próprios

### *j.1) Capital Subscrito*

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

### *j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio*

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

### *j.3) Reservas Legais*

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

## k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

**l) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade

**m) Outras Dívidas a Pagar**

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

**n) Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

**o) Vendas e Prestação de Serviços**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

**p) Trabalhos para a própria Entidade**

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

**q) Fornecimento e Serviços Externos**

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

**r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas**

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

**s) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

**t) Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

**u) Provisões**

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição e uma provisão para gastos com tratamento de efluentes.

**v) Outros Rendimentos e Ganhos**

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucédânea da extinta Águas do Oeste).

**w) Outros Gastos e Perdas**

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

### **3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

#### **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

### **3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

### **3.6 Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

## 4. Fluxos de Caixa

### 4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	9.396	3.106
Depósitos à ordem	<u>1.995.729</u>	<u>2.640.772</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>2.005.125</u>	<u>2.643.878</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>2.005.125</u>	<u>2.643.878</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

## 6. Partes Relacionadas

### 6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2018, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)  
Sede: Lagoas Park, Edifício 6 - Piso 0A, Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)  
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)  
Sede: Estrada do Tojal, Km I, Ferraria, Porto de Mós



## 6.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

## 6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

### a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

### b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Ags	2018	-	390.701	-	1.518.304
	2017	-	425.110	-	1.399.580
Aquapor	2018	-	246.160	-	1.423.614
	2017	-	265.517	-	1.304.087
Ecobrejo	2018	-	30.000	-	367.200
	2017	-	30.000	-	330.300
Luságua	2018	-	34.535	-	6.695
	2017	-	37.212	-	6.950
Pragosa Ambiente	2018	-	154.038	229	35.477
	2017	-	120.663	229	14.299
Construções Pragosa	2018	241	-	2.987	-
	2017	-	-	2.979	-

## 7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

### 7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

**a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

**b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas**

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

**c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período**

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

**d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída**

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

**e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações**

	31.12.16	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018
<b>Custo</b>											
Direito da Concessão	22.704.707	116.412				22.821.120	32.313				22.853.432
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	22.849.911	116.412	0	0	0	22.966.323	32.313	0	0	0	22.998.636
<b>Amortizações / Imparidade</b>											
Direito da Concessão	6.177.331	759.579				6.936.911	759.398				7.696.309
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.766					143.766					143.766
	6.322.798	759.579				7.082.377	759.398				7.841.775
	16.527.113	-643.167	0	0	0	15.883.946	-727.086	0	0	0	15.156.861

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

**7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras**

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

**7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos**

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

**7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis**

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

**8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.**

**a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

**b) Métodos de depreciação usados;**

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

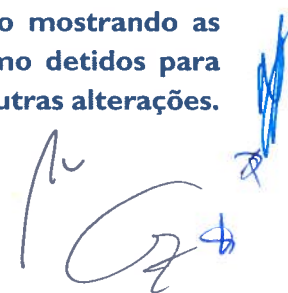
**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

**d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e**

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

**e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**





	31.12.2016	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2017	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2018
<b>Custo</b>											
Edifícios e Outras Construções	133.400					133.400	3.801				137.20
Equipamento Básico	770.268	104.608				874.875	63.755				938.63
Equipamento Transporte	98.063					98.063	8.000				106.06
Equipamento Administrativo	190.170					190.170	17.025				207.19
Outros Ativos Fixos Tangíveis	281.013	29.174				310.187	10.240				320.42
	1.472.914	133.782	0	0	0	1.606.696	102.821	0	0	0	1.709.51
<b>Amortizações / Imparidade</b>											
Edifícios e Outras Construções	125.424	626				126.049	746				126.79
Equipamento Básico	588.145	42.885				631.030	47.570				678.60
Equipamento Transporte	97.759	303				98.063	111				98.17
Equipamento Administrativo	167.853	10.861				178.715	8.812				187.52
Outros Ativos Fixos Tangíveis	229.508	25.767				255.275	19.088				274.36
	1.208.690	80.442	0	0	0	1.289.132	76.327	0	0	0	1.365.45
	264.224	53.340	0	0	0	317.564	26.493	0	0	0	344.05

## 8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

## 8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

## 9. Inventários

### 9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

### 9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

<b>Inventários</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	29.575	32.830
Material Hidráulico Diverso	79.831	73.523
	<u>109.406</u>	<u>106.353</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

### 9.3 *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período*

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

<b>Inventários</b>	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2017	0	-84.612	-84.612
Compras	-1.790.858	-171.624	-1.962.122
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2017	0	106.353	106.353
	<u>-1.790.858</u>	<u>-149.523</u>	<u>-1.940.381</u>
Existências em 01-01-2018	0	-106.353	-106.353
Compras	-1.766.144	-117.728	-1.883.872
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2018	0	109.406	109.406
	<u>-1.766.144</u>	<u>-114.674</u>	<u>-1.880.819</u>

## 10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando o débito por parte dos terceiros.

### 10.1 *Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período*

As quantias registadas no período foram as seguintes:



<b>Trabalhos para própria entidade</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	32.313	116.412
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	49.148	72.756
	<u>81.461</u>	<u>189.168</u>

### **10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período**

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

### **10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso**

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

## **11. Rédito**

### **11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

### **11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:**

#### **a) Venda e Prestação de Serviços**

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Venda de Água	2.930.538	3.084.996
Prestação de Serviços – Água	1.685.312	1.686.139
Prestação de Serviços – Saneamento	3.111.401	3.155.410
Prestação de Serviços – Ramais	21.923	25.531
	<u>7.749.174</u>	<u>7.952.076</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.



A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

#### b) Juros

A Empresa auferiu juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2018	2017
Juros de mora	12.160	12.872

## 12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

### 12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos. Em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927, de 60.699 em 2013, de 47.412 em 2014 de 111.397 em 2015, de 184.791 em 2016 de 146.442 em 2017 e de 101.840 em 2018. Em 2018 foi ainda constituída uma provisão para gastos com tratamento de efluentes, no montante de 201.924 euros.

	Provisões
Saldo em 01.01.2017	2.859.642
Utilizações	-146.442
Saldo em 31.12.2017	2.713.199
Utilizações	-101.840
Constituição	201.924
Saldo em 31.12.2018	2.813.283

## 13. Acontecimentos após a data do balanço

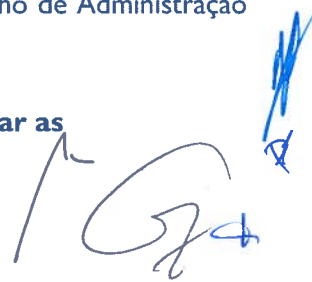
### 13.1 Autorização para emissão

#### a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 25 de março de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

#### b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.



Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

### 13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

### 13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

## 14. Imposto sobre o rendimento

### 14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

#### a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2018	2017
Imposto Corrente		
IRC do ano	314.508	348.486
	<u>314.508</u>	<u>348.486</u>
Imposto Diferido		
Reforço por diferenças temporárias	25.709	5.570
	<u>25.709</u>	<u>5.570</u>

#### b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

**14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):**

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes de impostos	1.215.984	1.504.214		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	273.596	338.448	22,5%	22,5%
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Reversão de perdas por imparidade tributadas	4.836	5.631		
Reversão de provisões tributadas	101.840	146.442		
	106.676	152.074		
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>				
Multas, coimas, juros compensatórios	769	1.192		
Provisões e perdas por imparidade	216.103	121.685		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	36.354	54.237		
Insuficiência de Estimativa	878			
Outros	4.094			
	258.198	177.214		
Lucro tributável	1.367.506	1.529.255		
Prejuízo Fiscal	0	0		
Prejuízo Fiscal N-I	0	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	287.176	321.144	0	0
Tributação autónoma	6.819	4.404	0	0
Derrama	20.513	22.939	0	0
Imposto sobre o rendimento	314.508	348.486	0	0

**14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:**

**a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:**

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2018	2017	2018	2017
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	43.036	38.910	4.126	- 5.570
Provisão gastos com Tratamento Efluentes	21.583	0	21.583	0
	<u>64.619</u>	<u>38.910</u>	<u>25.709</u>	<u>-5.570</u>
			<u>25.709</u>	<u>-5.570</u>

**b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)**

Ver quadro na alínea a) deste ponto

**14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas**

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

**14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis**

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.



## 15. Instrumentos financeiros

### 15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

### 15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

#### a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2018	2017
Clientes	2.488.168	2.656.060
Outros Créditos a receber	1.408.230	1.405.680
Caixa e depósitos bancários	2.005.125	2.643.878

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2018	2017
Clientes gerais	2.548.760	2.811.292
Trabalhos efetuados não faturados	428.833	499.076
Perdas imparidade acumuladas	-489.425	-604.307
	<u>2.488.168</u>	<u>2.656.060</u>





O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	<b>Imparidade</b>
Saldo em 01.01.2017	-587.404
Reforço do ano	54.962
Utilizações	-38.058
Reversões	0
Saldo em 31.12.2017	<u>-604.307</u>
Reforço do ano	44.476
Utilizações	-106.037
Reversões	11.642
Saldo em 31.12.2018	<u><u>-489.425</u></u>

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

<b>Ativos Financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	903.081	873.847
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	121.599	148.284
	<u>1.408.230</u>	<u>1.405.680</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros. **Passivos financeiros mensurados ao custo**

<b>Passivos Financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivos Não Correntes</b>		
Financiamento Obtidos	251.321	245.456
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	221.526	239.026
<b>Passivos Correntes</b>		
Financiamento Obtidos	0	1.231.915
Fornecedores	8.772.022	9.500.708
Outras dívidas a pagar	773.280	1.030.032
Fornecedores de investimento	31.456	16.050
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	345.885	345.473
C.M.A._RSU	356.898	562.780
Diversos	21.541	88.229

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos de acionistas.

Em Novembro do corrente ano, a empresa liquidou a última prestação do financiamento bancário, pelo que, no final do ano, não existe qualquer financiamento junto de instituições financeiras.

Na rubrica credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Na rubrica diversos, estão incluídos 7.828 euros de taxa de gestão de resíduos. Sendo que este montante em 2016 foi de 70.227 euros.

- b) **Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada**

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

### 15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

### 15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

### 15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

<b>Ganhos e perdas de financiamento</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ganhos</b>		
Juros de mora	12.160	12.872
	12.160	12.872
<b>Perdas</b>		
Juros de financiamento obtidos	-8.372	-26.714
Juros de mora	-28.102	-28.130
Outros	-50.031	-65.353
	-86.505	-120.197
	-74.345	-107.326

A empresa no ano 2018 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento.



**15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros**

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

**Instrumentos de capital próprio:**

**15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização**

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

**15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal**

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

**15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.**

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

**15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão**

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

**15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.**

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

**16. Divulgações exigidas por diplomas legais**

**16.1 Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66 – A do CSC**

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2018	2017
Honorários pela Revisão Legal Contas	7.700	7.700



## 17. Outras informações

### 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<u>Estado e Outros entes Públicos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Saldos a receber</b>		
Imposto sobre o Rendimento	7.707	0
Imposto sobre Valor Acrescentado	71.703	52.637
Taxa recursos Hídricos	9.111	2.101
Tributos Autarquias Locais	0	33
	<u>88.521</u>	<u>54.771</u>
<b>Saldos a pagar</b>		
Imposto sobre o Rendimento	0	234.135
Retenção Imposto sobre Rendimento	-4.693	-4.197
Segurança Social	-9.525	0
Tributos Autarquias Locais	-918	-3.566
Taxa recursos Hídricos	0	-24.785
	<u>-15.136</u>	<u>-266.684</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

### 17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

<u>Diferimentos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas	3.370	3.352
Comissões	0	12.164
	<u>3.370</u>	<u>15.515</u>

### 17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subcontratos	-1.949.273	-1.968.019
Manutenção Rede Água	-484.697	-10.215
Manutenção Rede Saneamento	-1.771	
Tratamento Efluentes	-1.292.728	-1.280.503
Outros	-170.076	-677.301
Serviços Especializados	-1.047.226	-1.058.721
Trabalhos Especializados	-825.258	-769.149
Publicidade e Propaganda	-1.981	-1.178
Vigilância e Segurança	-2.077	-2.218
Honorários	-97.590	-98.033
Conservação e Reparação	-44.894	-112.479
Serviços Bancários	-55.311	-60.089
Outros Serviços	-20.115	-33.976
Materiais	-9.250	-10.496
Energia e Fluidos	-232.356	-236.052
Deslocações Estadadas e Transporte	-10.665	-7.826
Serviços Diversos	-188.911	-180.071
Rendas e Alugueres	-108.387	-108.508
Comunicação	-27.008	-24.205
Seguros	-42.854	-38.095
Contencioso e Notariado	-462	-171
Despesas de Representação	-1.545	-1.669
Limpeza Higiene e Conforto	-8.655	-7.424
	<b>-3.437.680</b>	<b>-3.461.184</b>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

#### 17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Rendimentos Suplementares	<b>161.608</b>	<b>181.323</b>
Fornecimento de Energia	5.940	9.843
Diversos	155.668	171.481
Outros	<b>30.121</b>	<b>28.210</b>
Débito de Gastos com Calcário	29.234	27.453
Diversos	887	757
	<b>191.729</b>	<b>209.534</b>

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerado como

outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

### 17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos	-467	-566
Outros	-13.719	-8.632
Quotizações	-576	-576
Multas e Penalidades	-725	-50
Indemnizações por sinistro	-7.446	-8.006
Insuficiência Estimativa	-878	0
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-4.094	0
	<b>-14.186</b>	<b>-9.198</b>

### 17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativos Tangíveis	-76.327	-80.442
Ativos Intangíveis	-759.398	-759.580
	<b>-835.725</b>	<b>-840.022</b>

### 17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<b>Juros e Gastos similares suportados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Juros empréstimos bancários	-8.372	-26.714
Juros de Suprimento	-5.866	-2.352
Juros de mora	-28.102	-28.130
Outros Juros	-44.165	-63.002
	<b>-86.505</b>	<b>-120.197</b>

Na rubrica outros juros, estão incluídos 36.355 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

### 17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:



<u>Juros e Gastos similares obtidos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros de mora	12.160	12.872
	<u>12.160</u>	<u>12.872</u>

### 17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<u>Gastos com o Pessoal</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações do Pessoal	-478.701	-449.336
Encargos sobre Remunerações	-107.682	-92.774
Seguros	-22.787	-19.697
Outros	-25.338	-20.946
	<u>-634.508</u>	<u>-582.754</u>

### 17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

### 17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.



SÉRGIO M. S. MALINO T. O. C. 25365 Contrib. N.º 194 191 052
---







## II. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

25 de março de 2019

97



## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com uma reserva e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 26 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944

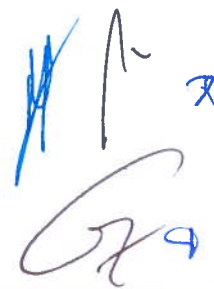




## 12. Certificação Legal de Contas

25 de março de 2019

101





## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 21.668.994 euros e um total de capital próprio de 8.822.425 euros, incluindo um resultado líquido de 927.185 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade tem registado no seu Ativo intangível o montante de 2.420 milhares de Euros (2017: 2.539 milhares de Euros) e em Provisões o montante de 2.611 milhares de Euros (2017: 2713 milhares de Euros), relativo ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Estes montantes não foram corretamente apurados no seu reconhecimento inicial, nomeadamente por não ter sido apurado o custo amortizado dos referidos montantes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, o ativo intangível encontra-se sobreavaliado em 357 milhares de Euros (2017: 374 milhares de Euros) e o passivo relativo à Provisão de Investimento de substituição futuro encontra-se subavaliado em 61 milhares de Euros (2017: 44 milhares de Euros), e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em 324 milhares de Euros (2017: 267 milhares de Euros) e o resultado líquido subavaliado em 1 milhar de Euros (2017: sobreavaliado em 57 milhares de Euros), respetivamente, considerando o respetivo efeito fiscal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



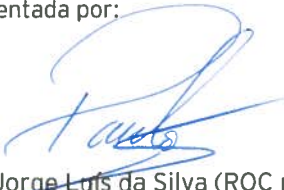
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944







**AdA – Águas de Alenquer, S.A.**

**Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal**

**Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219**

**[geral@aguasdealenquer.pt](mailto:geral@aguasdealenquer.pt)**

**[www.aguasdealenquer.pt](http://www.aguasdealenquer.pt)**